

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PABLO SILVA CESÁRIO

A INFLUÊNCIA EM BRASÍLIA: QUEM SÃO OS PRINCIPAIS LOBISTAS E QUAIS
SÃO SEUS INTERESSES

Revisão Bibliográfica

SÃO PAULO

2012

PABLO SILVA CESÁRIO

A INFLUÊNCIA EM BRASÍLIA: QUEM SÃO OS PRINCIPAIS LOBISTAS E QUAIS
SÃO SEUS INTERESSES
Revisão Bibliográfica

SÃO PAULO

2012

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3
1. Objetivo do Artigo	4
2. Perguntas e Hipóteses.....	4
1.1. Perguntas	4
1.2. Hipóteses	4
3. Revisão Bibliográfica.....	5
3.1. Tamanho e Perfil da População de Lobby.....	5
3.2. Redes e Grupos de Interesses	10
3.3. Conclusão	12
Referências Bibliográficas	14

1. OBJETIVO DO ARTIGO

O objetivo do artigo é identificar os principais grupos de interesse que atuam em Brasília e analisar a relação entre eles e com a União. Para isso serão identificados os grupos de interesse que mantêm atividades de influência sobre os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário por meio dos registros formais hoje disponibilizados, tais como agendas de autoridades publicadas na internet, registros de audiências públicas e participação como *amicus curiae* ou processos no Supremo. Além disso, será elaborado um robô para identificar as ligações formais entre os principais grupos de interesse seja por meio de seus sítios na internet ou de sua participação em redes sociais. Com essas informações será possível realizar análises sobre a topologia dessas redes e avaliar se há diferenças estruturais que possam denotar maior capacidade de influência de um tipo de grupo.

Este documento tem como propósito indicar as principais referências teóricas e empíricas para o estudo de redes de interesse. Ele é complementado por um documento que discute os procedimentos metodológicos empregados na literatura

2. PERGUNTAS E HIPÓTESES

1.1. PERGUNTAS

Quais são os principais grupos de pressão no Brasil?

Qual é o tamanho da comunidade de relações governamentais?

Como os grupos de pressão interagem entre si e com o Estado?

Há diferenças fundamentais no modo como os diferentes interesses se organizam e manifestam?

1.2. HIPÓTESES

- a) Existe assimetria na influência de grupos de pressão sobre políticas públicas em favor de grupos empresariais em níveis que podem afetar

- a estabilidade e a legitimidade do processo democrático brasileiro.
- b) Em termos organizacionais, entidades empresariais apresentam redes com maior centralidade e um maior número de ligações com autoridades governamentais do que os demais grupos de pressão.
 - c) Grupos empresariais tendem a se concentrar ao redor de temas específicos, de maior impacto para suas bases.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Duas linhas de pesquisa são particularmente importantes para responder às perguntas acima. A primeira é sobre o tamanho e o perfil da população de grupos de interesse. A partir dela será possível estabelecer paralelos para comunidades de lobby em outros países e detalhar as hipóteses. Depois, a aplicação de teoria das redes para grupos de interesse já contou com algumas tentativas. Por isso, é necessário identificar os procedimentos e os resultados alcançados até o momento.

3.1. TAMANHO E PERFIL DA POPULAÇÃO DE LOBBY

O estudo do tamanho e das características da população de grupos de interesse é importante por duas razões: 1) construir bases de dados confiáveis para estudos científicos e 2) evidenciar uma característica comum, e talvez inerente, a todo sistema democrático.

O estudo de grupos de interesse, apesar de estar em crescimento, tem recebido atenção limitada devido à dificuldade de identificar claramente quais são os grupos de interesse existentes. Sem um mapa ou coletânea confiável, é impossível selecionar amostras representativas e, portanto, investigar cientificamente seus aspectos mais importantes. Dois exemplos são a discussão sobre a influência de grupos de pressão e a hipótese de assimetria entre eles, segundo a qual grupos empresariais estão sobre-representados e podem, por isso, exercer uma influência desproporcional sobre o sistema político. Sem amostras representativas, os resultados tendem a ser viesados para alguns tipos de grupos ou temas diferentes, o que inviabiliza a extensão de seus resultados.

Por outro lado, apesar de despertarem a curiosidade, grupos de interesse

são tratados pela opinião pública com preconceito ou mesmo como uma figura de discurso para escamotear a falta de informações. No entanto, grupos de interesses são uma característica comum a todas as ordens democráticas contemporâneas e servem como um instrumento de participação direta em democracias representativas.

O objetivo aqui é justamente mapear a população de grupos de interesse e suas relações. A partir desse mapa, pretende-se estudar as características internas desses grupos, seu modo de atuação e objetivos e, ao fim, investigar a influência dessas organizações.

O estudo sobre grupos de interesse no Brasil ainda está em seus primórdios, apesar de haver uma aceleração no ritmo das contribuições nos últimos 10 anos. Sobre a ação de grupos de pressão específicos, foram realizados estudos sobre a ação de lobby de ONGs (BENINE, 2010), empresários da indústria (MANCUSO, 2004, 2007), empresários do comércio (AZEVEDO, 2007), sobre papel dos think tanks (RIGOLIN e HAYASHI, 2012), a ação de grupos de pressão atuantes na questão de saúde pública (DALLARI et alii, 1996; DELDUQUE e BARDAL 2008 e vários) e a relação entre movimentos sociais e grupos de pressão (GOZETTO, 2008). No campo dos estudos de caso há estudos sobre o lobby transnacional a favor do etanol brasileiro (CONSENTINO, 2011), a ação do lobby do aço sobre a política externa brasileira (CINTRA, 2007). Seguindo a metodologia comparativa, o destaque fica por conta de OLIVEIRA (2004), que comparou as estratégias de ação do lobby classista (CNI e DIAP) no Congresso Nacional, e de SANTOS (2007), que estuda a regulamentação do lobby sob o ponto de vista comparado com os EUA. Ainda, GRAZIANO (1997) discute o papel do lobby na democracia, PORTUGAL (2006) elabora modelos quantitativos sobre a participação de grupos de lobby no processo eleitoral e no financiamento e MARZAGÃO (2007) aplica a Teoria da Proteção Endógena sobre grupos de pressão brasileiros.

De todo modo, uma primeira característica linha de pesquisa é que a identificação de grupos de pressão no Brasil, seja a mais abrangente ou mesmo daqueles que atuam em temas específicos, ainda é uma tarefa a ser realizada. A inexistência de regulamentação da atividade resulta na ausência de um cadastro, o que dificulta sobremaneira o mapeamento e restringe os estudos. A única tentativa de identificar o tamanho da comunidade de lobby no Brasil até o momento foi realizada por SANTOS (2007). O autor buscou dados do IBGE sobre o registro de

associações e sindicatos, além de ter mapeado a participação formal de grupos de interesse em grupos de trabalho, conselhos e outras formas de consulta e deliberação que envolvam a sociedade civil, seguindo a estratégia sugerida por GANANÇA (2006). Essa tentativa, todavia, ainda sofre de limitações reconhecidas pelo próprio autor de forma que a tarefa ainda continua por ser feita.

Outro aspecto relevante da produção brasileira é a distância da produção local das discussões teóricas e de pesquisas empíricas realizadas em outros países. Mais avançada na Europa e nos EUA, várias hipóteses e teorias já foram desenvolvidas para explicar a população de grupos de interesse, a competição entre eles e outros. Para superar essa limitação, vale então repassar as pesquisas na Europa e nos Estados Unidos

Na Europa, o estudo sobre os grupos de interesse enfrenta também a inexistência de um registro de lobistas. Desse modo, não existe um registro oficial, confiável e de longo prazo. Na falta de dados confiáveis, inclusive várias estimativas sobre o tamanho da comunidade de relações lobby sem nenhum tipo de comprovação foram feitas (GREENWOOD, 2011). Para superar essa limitação a pesquisa científica tem buscado 1) conjugar bases de dados oficiais ou privadas na tentativa de estabelecer uma referência (WONKA et alli, 2010); 2) estudar a dinâmica demográfica e as taxas de natalidade e mortalidade dessa população ao longo do tempo (BERKHOUT e LOWERY, 2010, 2011); ou 3) investigar populações nacionais de grupos de interesse, tal como na Inglaterra (BERNHAGEN e TRANI, 2012) e da Dinamarca (FISKER 2012).

Entre os estudos sobre a população de grupos de interesse na União Europeia cumpre destacar a base de dados produzidas por WONKA et alli (2010), que pode ser considerada uma referência. Os autores buscaram estudar a evolução no tempo da população de grupos de interesse¹ a partir da consolidação de várias bases de dados oficiais e privadas. WONKA et alli (2010) apontam que existem pelo menos 3700 grupos de lobby atuando junto à União Europeia em Bruxelas. Os autores demonstram que há uma proporção bastante elevada de organizações que representam interesses de empresas, sob diferentes formas, se comparado a outros tipos de interesse, como o de trabalhadores, acadêmicos ou outros.

BERKHOUT e LOWERY (2010) exploraram a evolução demográfica dos

¹ Há vários estudos que tratam da população de certos grupos de lobby ou que buscam identificar os agentes dedicados a políticas públicas específicas. Eles não fazem parte dessa revisão porque o objetivo do trabalho é mapear os grupos de interesse em geral dado um certo nível de granularidade.

grupos de interesses em atuação na União Europeia desde 1990. Buscaram, assim, identificar quando e com que rapidez a população de grupos de interesse na União Europeia cresceu. Os autores notam que o crescimento dos grupos de interesse ocorreu principalmente no início dos anos 1990, no enalço da ampliação das competências da União Europeia. Outro elemento relevante trazido pelos autores é que grupos sem fins lucrativos apresentaram um crescimento mais acelerado do que grupos empresariais, tornando o sistema de representação de interesses mais balanceado a partir de 1996. Um dos destaques que suporta esse posicionamento está na retração de 10% das empresas de lobby e do lobby de empresas. Outro fenômeno relevante é o crescimento de think tanks, representações de regiões e associações nacionais.

Assim, BERKHOUT e LOWERY (2010) defendem que o sistema de representação de interesses europeu ainda é jovem, dado que a população de grupos de interesse ainda é dinâmica e está longe do ponto de maturação, quando novos grupos de pressão surgiriam apenas com o desaparecimento de outros.

No curto prazo, os grupos de pressão na União Europeia são caracterizados por um alto nível de volatilidade, com altas taxas de natalidade e mortalidade de organizações, segundo BERKHOUT e LOWERY (2011). Ao contrário do que se imaginava, um grande número de organizações entra e sai do ambiente de discussão de políticas públicas e os chamados “suspeitos usuais” são menos comuns do que o inicialmente imaginado. Na visão dos autores, a volatilidade de grupos de interesse é característica importante porque mantém a permeabilidade a novos interesses e, por outro lado, a permanência mais longa das organizações mais estáveis pode representar uma facilitação ao trabalho de influência.

Nos Estados Unidos, por outro lado, a existência da regulamentação da atividade de lobby resultou em bases de dados detalhadas sobre grupos de interesses, seus principais temas de interesse, gastos com a atividade de influência e etc. Surgiu ai então um campo fértil para pesquisas sobre as populações de grupos de interesse. Esse campo é hoje disputado por duas linhas de pesquisa que partem de bases distintas e que podem ser representadas a partir dos trabalhos de OLSON (vários) e GRAY e LOWERY (vários).

OLSON (1971, 1984) buscou, primeiro, explicar a dinâmica interna de grupos de pressão baseados em membresia, ou seja, em sua capacidade de atrair membros. A partir de uma análise econômica dos benefícios e custos individuais da

participação, o autor propôs as condições para o surgimento e crescimento de grupos de pressão. A partir deste modelo, o autor extrapolou suas conclusões sobre a participação de indivíduos em grupos para a população de grupos de pressão. Chegou assim à hipótese de demoscclerose (OLSON 1971, 1984), segundo a qual a população de grupos de interesse tenderia a crescer indefinidamente e, do mesmo modo, cresceria sua influência sobre as políticas públicas. O Estado, sob influência crescente de grupos de pressão, estaria cada vez mais voltado para atender às demandas particularistas e menos atento ao interesse público. Assim, o Estado perderia paulatinamente sua legitimidade e, ao fim, a ampliação ilimitada de grupos de interesse fragilizaria a própria democracia. Este fenômeno seria observado principalmente em democracias maduras e é tratado como uma ameaça.

A partir dessa ameaça estabelecida pelo que é chamado de teoria econômica dos grupos de interesse, seguiu-se uma agenda de políticas públicas voltada para regular e restringir a atividade e a influência de grupos de interesse sobre as políticas públicas. Essa visão justificativa negativa em grande medida explica o alto nível de regulamentação da atividade nos níveis governamentais dos EUA.

GRAY e LOWERY (vários), em contraste, partem de variáveis ambientais que limitam e condicionam o tamanho da população de grupos de interesse. Os autores lançaram mão de uma teoria popular na biologia que defende que o tamanho de uma população é determinado pela quantidade energia, estabilidade e área disponível. Essas variáveis foram adaptadas para o ambiente político, de modo que, por exemplo, energia foi identificada com o nível de atividade de formulação sobre uma determinada política. Assim, os autores chegaram a dois conceitos centrais, que são o de densidade e o de diversidade de grupos de pressão. A densidade consiste na quantidade de grupos de interesse atuando sobre um determinado tema e instância governamental. A diversidade está relacionada à existência de grupos de interesse com diferentes pontos vista e origens. Os autores chegam, assim, à conclusão de que existem limitantes naturais ao tamanho da população de grupos de pressão e sua influência é em grande medida limitada pela própria existência de grupos com posições divergentes que se anulam em termos de influência. Os autores, desse modo, afastam a hipótese de demoscclerose e passam a encarar grupos de pressão como um elemento constituinte da democracia.

Do ponto de vista da diversidade de grupos de interesse a teoria ESA, GRAY e LOWERY (1996) estendeu o conceito de densidade para a interação de diferentes

grupos. A diversidade de grupos de interesse, nessa perspectiva, é uma função de soma das limitações ambientais impostas a cada uma das subpopulações separadamente. Ou seja, a diversidade populacional é a resultante da aplicação de restrições externas de energia, estabilidade e área à densidade de cada uma das populações, por meio de um processo separado e independente. Defendem, assim, que a diversidade de grupos de interesse não está relacionada à diversidade de interesses que podem ser ou são afetados pelas políticas públicas. Antes, ela depende da aplicação de restrições ambientais e do perfil de resposta de cada um desses grupos às mesmas restrições. Outra implicação da teoria ESA é o particionamento do espectro de atuação de grupos de interesse em temas cada vez mais segmentados, adotando assim uma estratégia de criação de nichos ao invés de competir diretamente com organizações mais antigas e de escopo mais abrangente.

3.2. REDES E GRUPOS DE INTERESSES

Além da população de grupos de interesse e suas principais características, uma questão relevante, mas ainda relativamente inexplorada no Brasil, é como esses grupos se relacionam entre si e com as autoridades públicas. Uma produtiva linha de pesquisa já vem se desenvolvendo desde a década na área de redes de políticas públicas (RODHES, 2006).

O interesse aqui são relações de longo prazo, ou estruturais, de cooperação ou competição entre grupos de interesse e de seus relacionamentos com autoridades públicas, além das coalizões formadas ao redor de políticas públicas específicas. Para isso lançaremos mão de teoria das redes, que estuda os padrões de relacionamentos entre indivíduos por meio da identificação de nós e ligações e tem larga aplicação na biologia, engenharia e nas ciências sociais.

No estudo de grupos de pressão, a aplicação de teoria de redes pode lançar novas visões sobre características já amplamente estudadas das populações de grupos de interesse, como influência, coalizões, acesso, densidade e diversidade. Para isso, usaremos a referência metodológica de KOLACZYK (2010).

Em primeiro lugar, o estudo da influência e da importância de grupos de interesse pode se beneficiar do conceito de centralidade. Amplamente utilizado no estudo de redes, a centralidade busca medir a importância relativa de cada um dos nós (ou indivíduos) de uma rede a partir da proximidade das ligações mantidas com

[CNI 1] Comentário: GRAY et alii (2005) e xxx.

Esse fenômeno foi empiricamente verificado em vários estudos com modelagens distintas e apresenta resultados robustos (LOWERY et alii, 2012; HAIDER-MARKEL, 1997; CHAMBERLAIN, 2009)

[CNI 2] Comentário: Para ambos as linhas de pesquisa um grande volume de teste empírico foi realizado. Mais recentemente, todavia, predominam os estudos baseados no modelo ESA de GRAY e LOWERY. Entre os de maior destaque cabe destacar, no que tange à demanda por grupos de interesse, ou seja, por aqueles grupos que se mobilizam em resposta à ação governamental devem ser destacados LEECH et alii (2005), que explorou o efeito de audiências públicas sobre a atração de grupos de interesse, GRAY et alii (2005), que estudou o efeito da agenda legislativa estadual sobre a atração de grupos de interesse, BAUMGARTNER et alii (2007), com a reação de grupos de interesses no estado a iniciativas na esfera federal. A conclusão dessas pesquisas indica que a atividade governamental, medida pela intensidade da ação governamental e pelo orçamento público, serve como um catalisador importante para a criação de novos grupos de interesse.

outros nós. Ainda que várias distintas formas de operacionalizar o conceito de centralidade existam na literatura, em geral elas estão ligadas à mensuração da distância total, fluxos informação, retorno e controle. A trama de ligações (vértices) entre grupos de interesse (nós) ilustra os relacionamentos estabelecidos e, conseqüentemente, a capacidade daquele grupo de mobilizar apoios, recursos humanos e financeiros, captar informações e etc. Quanto maior e mais disseminada a rede de um determinado grupo, maior será sua capacidade de alistar apoios (recursos, informações) com o menor custo, o que pode ser considerado uma proxy para a influência.

Segundo, quando nessa rede se incluem, além de outros grupos de interesse, também as autoridades foco do trabalho de influência, essa trama de relacionamentos também irá revelar o acesso e a representatividade de grupos de interesse. Ainda dentro do conceito de centralidade, é possível mapear o diferencial de acesso de grupos de interesses a partir da rede de relacionamento de grupos de interesse e autoridades públicas. Será possível, portanto, também discutir a questão antiga na ciência política que é a das assimetrias no nível de acesso de cada uma dessas organizações e de sua influência. A representatividade é a visão inversa do acesso e busca identificar a quantidade e a diversidade de organizações parceiras.

Terceiro, na medida em que os relacionamentos entre grupos de interesse entre eles ou com autoridades podem ser mais ou menos intensos, uma nova perspectiva pode ser adicionada para desenhar um quadro mais preciso. Até esse momento, a densidade tem sido identificada apenas com o número de grupos de interesse em cada debate público. Além dessa informação, podemos agregar uma nova variável que é a intensidade desses relacionamentos, que podem ser medidos pela frequência com que esses relacionamentos ocorrem.

Quarto, a partir dessa mesma rede, mas com o conceito de coesão de redes, podemos buscar identificar aqueles núcleos de grupos que estão mais próximos uns dos outros. Com isso será possível identificar a formação de coalizões sobre temas específicos ou parcerias de longo prazo. Para cada tema ou discussão política, será possível mapear a rede de grupos de interesse retratando quais são os principais atores para cada um dos temas. Espera-se que o agrupamento em coalizões se reflitam em áreas mais densas, com maior número de vértices (em outros termos, sejam de alta coesão entre nós) e possam, portanto, ser identificadas. Essas áreas são chamadas de *cliques*, que ocorrem quando um

determinado subgrupo de nós mantém correlação entre todos os demais, ou *plexos* ou *núcleos*, que possuem restrições menos severas.

Quinto, deixando de lado a formação de pequenos grupos, mas ainda dentro da ideia de coesão de redes, é possível estudar a formação de conjuntos em escalas maiores. Isso ocorre quando na coleta de dados surge uma rede não conectada, que é aquela em que não é possível viajar de um ponto a todos os outros por falta de uma (ou mais) ligação(ões) (vértice(s)). Isso, por exemplo, pode ocorrer entre grupos de interesses patronais e de trabalhadores, que possuem amplas malhas de organizações coligadas, mas que podem ter baixo nível de interação entre si. Essa análise poderá, assim, evidenciar padrões estruturais de cooperação ou competição de grandes agrupamentos políticos. Mesmo quando houverem ligações, será possível fazer análise de agrupamentos específicos por meio de uma técnica chamada de particionamento. Assim, será possível realizar análises de subconjuntos como religiosos, corporativos, de consumidores e outros. Dito de outra forma, os conceitos de densidade e diversidade serão revisitados para incluir novas perspectivas disponibilizadas

Sexto, a partir da agregação dos diversos debates sobre políticas públicas, será possível apontar aquelas organizações mais ativistas, que se envolvem em uma gama mais ampla de discussões, atores e ligações e que poderão ser consideradas articuladores, na medida em que possuem maior capacidade de adetransferir fluxos de informações, o que é chamado na literatura técnica de conectividade.

Em resumo, além de mapear os principais grupos de interesse em atuação em Brasília, resultado inédito até o momento, a utilização de novas ferramentas irá permitir o desenvolvimento de novas perspectivas que podem lançar luzes sobre partes ainda não conhecida do fenômeno.

3.3. CONCLUSÃO

O mapeamento e a análise da população de grupos de interesse no Brasil ainda é uma tarefa a ser feita. Apesar do crescimento do estudo de grupos de interesse no Brasil nos últimos anos, esses estudos têm estado limitados principalmente a realizar estudos de caso e comparações limitadas e longe do debate acadêmico internacional sobre o papel de grupos de interesse. Têm,

portanto, se mantido longe das principais discussões sobre o papel de grupos de interesse nas democracias contemporâneas e possuem pequena capacidade de generalização.

As principais referências a serem adotadas por esse trabalho estão na discussão sobre o tamanho e a dinâmica natalidade e mortalidade de grupos de interesse e dentro do marco de redes de políticas públicas. No primeiro caso será necessário criar uma primeira fotografia dos grupos de interesse em Brasília para então começar entender as características estruturais dessa comunidade. Assim, será possível realizar testes de hipóteses sobre as teorias de OLSON (crescimento indeterminado de grupos de interesse até gerar a demoscclerose), GRAY e LOWERY (o crescimento de grupos de interesse é controlado por fatores ambientais e tende a criar um ou vários equilíbrios possíveis), SCHATTSCHNEIDER (grupos de pressão empresariais tendem a prevalecer) e TRUMAN (grupos de interesse tendem a ser diversos e se anularem, de modo que nenhuma fração da sociedade tende a ser sobrerrepresentada).

Além de testes, o debate sobre as peculiaridades do Brasil será enfrentado, em especial no que tange à sua curta e muita vezes interrompida experiência com a democracia. Uma democracia ainda em consolidação pode ter diferenças estruturais na sua comunidade de grupos de interesse? Quais são elas? Naturalmente, essas diferenças potencialmente causadas pelo processo de consolidação da democracia não importam somente ao Brasil, mas pode trazer lições importantes para outros países que tenham histórias parecidas.

Por outro lado, na seara das redes de políticas públicas, não foram encontrados estudos no Brasil que busquem mapear as redes de grupos de interesse atuando em políticas públicas. Como este estudo partirá das reuniões realizadas por grupos de interesse com autoridades públicas, será possível fazer esse mapeamento para diversas políticas públicas ao mesmo tempo, a partir da matriz de grupo de interesse x autoridade x tema. Além disso, por conta do mapeamento links em sites de internet, poderemos ainda estudar as redes de apoio na sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, André Luiz Pires. **Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC e o Poder Legislativo: um estudo de caso da atuação das entidades empresariais do comércio**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2009.

BAUMGARTNER, Frank; GRAY, Virginia; LOWERY, David. **Congressional Influence State Lobbying Activity**. Prepared for presentation at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago Illinois, April 12–15, 2007. Acessado em 17 de novembro de 2012.

BENINE, Renato Jaqueta. Terceiro setor e suas estratégias de influência em políticas públicas. **Revista USCS – Direito**, vol. 11, n. 18, jan/jun. 2010.

BERKHOUT, Joost; LOWERY, David. Short-term volatility in the EU interest community, **Journal of European Public Policy**, 18:1, 1-16, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13501763.2011.520868>. Acessado em: 23 de outubro de 2012.

BERKHOUT, Joost; LOWERY, David. The Changing Demography of the EU Interest System since 1990. **European Union Politics**, vol.11, no. 3, 2010. 447-461. Disponível em <http://eup.sagepub.com/content/11/3/447>. Acessado em 03/set/2012.

BERKHOUT, Joost; POPPELAARS, Caelesta. **Going to Brussels: A Population Perspective on Interest Representation in Brussels**. Paper prepared for 11th Biennial EUSA Conference, Panel 9E Interest groups in EU studies and comparative politics Los Angeles, April 23-25 April 2011. Disponível em http://aei.pitt.edu/33120/1/poppelaars._caelesta.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2012.

BERNHAGEN, P.; TRANI, B. Interest group mobilization and lobbying patterns in Britain: A newspaper analysis'. **Interest Groups & Advocacy**, vol 1, no. 1, pp. 48-66. 2012.

BERNHAGEN, Patrick. Who Gets What in British Politics – and How? An Analysis of Media Reports on Lobbying around Government Policies, 2001–7. **Political Studies**, vol. 60, no. 3. 2012. 557-577. Disponível em

CHAMBERLAIN, Adam. Population ecology and niche seeking in the development of gay and lesbian rights groups. **The Social Science Journal**, no. 46, 2009. Acessado em 17 de novembro de 2012.

CINTRA, Rodrigo. **Agenda, Atores e Lobbies na Tomada de Decisão em Política Externa Comercial: o caso da siderurgia (Brasil e Estados Unidos)**. Tese de Doutorado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

CONSENTINO, Leandro. **Interesses organizados na cena internacional: o lobby**

do etanol. Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

DALLARI, Sueli Gandolfi; BARBER-MADDENc Rosemary; TORRES-FERNANDES, Marília de Castro; SHUQAIR, Nur Shuqaira Mahmud Said Abdel Qader; WATANABE, Helena Akemi. Advocacia em saúde no Brasil contemporâneo. **Revista de Saúde Pública**, 30 (6), 1996. 592-601.

DELDUQUE, Maria Célia; BARDAL, Priscila Ariede Petinuci. Advocacia em Saúde: prática cidadã para a garantia do direito à saúde — o caso do projeto de lei complementar n. 01/2003. **Revista de Direito Sanitário**, v. 9, n. 1 p. 107-122. Mar./Jun. 2008.

DOMINGUEZ, Casey B. K. **Groups and the Party Coalitions: A Network Analysis of Overlapping Donor Lists.** Paper prepared for delivery at the 2005 Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, D.C., September 1-4, 2005. Disponível em xxxxxx. Acessado em 18 de junho de 2011.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa.** Dissertação de Mestrado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

GOZETTO, André Cristina Oliveira. Movimentos Sociais e Grupos de Pressão: duas formas de ação coletiva. **Cenários da Comunicação**, vol. 7, no.1, 57-65, 2008.

GRAY, Virginia; LOWERY, David. A Neopluralist Perspective on Research on Organized Interests. **Political Research Quarterly**, vol. 57, no. 1, March 2004. 163-175. Acessado em 28 de maio de 2011.

GRAY, Virginia; LOWERY, David. A Niche Theory of Interest Representation. *The Journal of Politics*, vol. 58, no. 1, 1996. 91-111. Acessado em 20 de outubro de 2012.

GRAY, Virginia; LOWERY, David. Environmental Limits on the Diversity of State Interest Organization Systems: A Population Ecology Interpretation. *Political Research Quarterly*, Vol. 49, No. 1 (Mar., 1996), pp. 103-118. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/449043>. Acessado em dezessete de novembro de 2012.

GRAY, Virginia; LOWERY, David; FELLOWES, Matthew; ANDERSON Jennifer. Understanding the Demand-Side of Lobbying: Interest System Energy in the American States. **American Politics Research**. No.33: 404-434. 2005.

GRAY, Virginia; LOWERY, David; FELLOWES, Matthew; ANDERSON Jennifer L. LEGISLATIVE AGENDAS AND INTEREST ADVOCACY: Understanding the Demand Side of Lobbying. **American Politics Research**, Vol. 33 No. 3, May 2005 404-434. Disponível em <http://apr.sagepub.com/content/33/3/404>. Acessado em 17 de novembro de 2012.

GRAY, Virginia; LOWERY, David . **The Ecology of Interest Representation.** Ann Harbor: Michigan University Press, 1996

GRAZIANO, Luigi O Lobby e o Interesse Público. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol. 12 n. 35

São Paulo Feb. 1997 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300009>.

GROSSMANN, Matt; DOMINGUEZ, Casey B. K.. Party Coalitions and Interest Group Networks. **American Politics Research** vol. 37, pág. 767. 2009. Disponível em <http://apr.sagepub.com/content/37/5/767>. Acessado em 21 de setembro de 2012.

HAIDER-MARKEL, Donald P. Interest Group Survival: Shared Interests Versus Competition for Resources. **The Journal of Politics**, Vol. 59, No. 3 (Aug., 1997), pp. 903-912. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2998643>. Acessado em 20/10/2012.

KOLACZYK, Eric D. **Statistical Analysis of Network Data**. Nova Iorque: Springer, 2010.

LEECH, Beth L.; BAUMGARTNER Frank R.; LA PIRA, Timothy; SEMANKO, Nicholas A. Drawing Lobbyists to Washington: Government Activity and Interest-Group Mobilization." **Political Research Quarterly**. 58:19-30. 2005. Disponível em xxxxx. Acessado em 30 de setembro de 2012.

LOWERY, David; GRAY, Virginia; KIRKLAND, Justin; HARDEN Jeffrey J. Generalist Interest Organizations and Interest System Density: A Test of the Competitive Exclusion Hypothesis. **Social Science Quarterly**, Volume 93, Number 1, March 2012. Acessado em 17 de novembro de 2012.

MAHONEY, Christine. **Brussels vs the Beltway: Advocacy in the United States and the European Union**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2008.

MANCUSO, W. P. . **O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: DUSP/HUMANITAS/FAPESP, 2007. v. 1. 228 p.

MANCUSO, Wagner Pralon. O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Vol. 47, no 3, 2004, pp. 505 a 547.

MARZAGÃO, Thiago Veiga. **Lobby e Protecionismo no Brasil (2001-2005): uma análise econométrica à Luz da Teoria da Proteção Endógena**. Dissertação de Mestrado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MCCLURG, Scott D.; PHILIPS, Jeremy. **A Social Network Analysis of Interest Group Contributions and Partisan Behavior in the 2006 House of Representatives**. 2011. Paper 26. http://opensiuc.lib.siu.edu/pnconfs_2011/26

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. **Lobby e Representação de Interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil**. Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2004.

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Boston: Harvard Economic Studies, 1971.

OLSON, Mancur. **The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities**. Yale, Yale University Press, 1984.

PARSONS, Talcott. On the Concept of Influence. **The Public Opinion Quarterly**, no 1, vol. 27 (Spring, 1963), pp. 37-62. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2747290>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

PORTUGAL, Adriana Cuoco. **Lobby Pré-eleitoral e Financiamento Público de Campanhas Eleitorais: uma exploração em Economia Política Positiva**. Tese de Doutorado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Brasília, Universidade de Brasília, 2006.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. **Por dentro dos “reservatórios de idéias”: uma agenda de pesquisa para os think tanks brasileiros**. Liinc em Revista, v.8, n.1, março, 2012, Rio de Janeiro, p 20-33 - <http://www.ibict.br/liinc>

RODHES, R. A. W. **Policy Network Analysis**. In: Handbook of Public Policy. Oxford, Oxford University Press, 2006.

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Regulamentação das atividades de Lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas – análise comparativa dos Estados Unidos e do Brasil**. Tese de Doutorado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

WONKA, Arndt; BAUMGARTNER, Frank R.; MAHONEY, Christine; BERKHOUT, Joost. Measuring the size and scope of the EU interest group population. **European Union Politics**, no. 11 (3), 463-476. 2010.